



DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA DÉCADA DO IFRN NO SERIDÓ POTIGUAR

Danilo Cortez Gomes

*Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
danilo.cortez@ifrn.edu.br*

RESUMO: No Brasil, nas quase duas primeiras décadas deste século, a educação profissional e tecnológica, tem tomado proporções substanciais no que se refere a sua expansão e interiorização, principalmente por meio dos Institutos Federais, através de investimentos governamentais na tentativa de proporcionar aos cidadãos uma educação técnica e profissional nos diversos rincões do país. O drama atual do desemprego faz com que essa temática se torne ainda mais urgente. Nesse cenário, destaca-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) com sua expansão através dos 644 campi em funcionamento, sendo distribuídos em 568 municípios espalhados em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2016), dentre eles o Rio Grande do Norte e mais especificamente, a região do Seridó. Desse modo, esse trabalho buscou analisar sucintamente a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte para o desenvolvimento do Seridó por meio dos campi ali instalados, isto é, nas cidades de Caicó, Currais Novos e Parelhas. A pesquisa é baseada no paradigma interpretativo e tem natureza qualitativa com caráter descritivo, tendo sido realizada por meio de pesquisa documental. O período escolhido foi o do início da efetiva expansão e interiorização do IFRN em 2006 até o ano corrente de 2017, o que representa pouco mais de uma década da interiorização da educação profissional e tecnológica nessa região, mesmo que em momentos distintos para cada cidade. Os resultados reforçam que uma das finalidades dos Institutos Federais é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, tendo em vista as peculiaridades de cada região.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional, desenvolvimento local, Seridó.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos e mais especificamente nas quase duas primeiras décadas deste século, a educação profissional e tecnológica no Brasil, tem tomado proporções substanciais no que se refere à expansão e interiorização, principalmente por meio dos Institutos Federais, através de investimentos governamentais na tentativa de proporcionar aos cidadãos uma educação técnica e profissional nos diversos rincões do país, com o intuito de fomentar e preencher lacunas existentes no mercado de trabalho, tais como o desemprego por falta de mão-de-obra qualificada e/ou então pelas novas competências exigidas dos profissionais, além de tentar promover por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o desenvolvimento local e regional nas localidades e regiões em que essas instituições estão inseridas.

Em tempos de crise econômica e de sérios embates políticos que assolam o Brasil, o desemprego surge como um dos fatores mais preocupantes, pois os resultados não são nada animadores, como revela os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua no 1º trimestre de 2017, cujos dados apontam uma taxa de desocupação de 14,2% e um aumento de 27,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (IBGE, 2017). No Rio Grande do Norte, esse percentual chega a 16,3%.

Nessa perspectiva, Moura (1998) enfatiza que a educação é a melhor defesa contra o desemprego, e talvez a única, para o efetivo preparo dos trabalhadores, embora não seja garantia de defesa contra o desemprego, mesmo que as condições de empregabilidade sejam impactadas positivamente pela formação profissional. Pochmann (1998, p. 26) corrobora essa afirmação de Moura ao dizer que “está errado o apelo de que a educação garante a entrada no mercado de trabalho”, pois diversas outras vertentes precisam ser analisadas em cada região, como a dinâmica econômica local. Além disso, outros fatores como a disponibilidade de crédito e o incentivo ao mercado interno por meio de infraestrutura, por exemplo, são medidas importantes para os atuais problemas.

Em relação ao desenvolvimento, Furtado (2009) enfatiza a importância do projeto social estritamente ligado ao processo econômico, pois aquele dá prioridade à efetiva melhora das condições de vida da maioria da população, que por sua vez, experimenta o crescimento que se metamorfoseia em desenvolvimento. Todavia, essa metamorfose não se dá espontaneamente, mas é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.

Nesse cenário, destaca-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) com sua interiorização através dos diversos *campi* espalhados nas mais distintas regiões do Brasil, tomando então “posição estratégica importante como elemento criativo de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil” (BRASIL, 2004, p. 6). Ressalta-se a elevação dos números relacionados à temática em questão, a saber: de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país, e de 2003 a 2016 já foram disponibilizadas mais de 500 novas unidades. Com investimentos consideráveis no projeto de expansão, atualmente a RFEPT consta com 644 *campi* em funcionamento, sendo distribuídos em 568 municípios espalhados em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2016).

Desta maneira, sendo a educação profissional uma temática pertinente, principalmente quando observados os últimos anos em que se deram a franca expansão e interiorização dos institutos federais, tem-se como objetivo central desse artigo analisar sucintamente a importância do IFRN para o desenvolvimento do Seridó. Para isto, vale lembrar que uma das finalidades dos Institutos Federais é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, tornando-se necessário “um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade” (PACHECO, 2011, p. 20-21).

Para o alcance de tal intento, esse estudo parte do paradigma interpretativo, de natureza qualitativa. Em relação aos objetivos do estudo, a pesquisa é de caráter descritivo; e quanto aos procedimentos, fez-se uma pesquisa documental. O universo da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte através dos *campi* instalados na região do Seridó, mais especificamente nas cidades de Caicó, Currais Novos e Parelhas. O período escolhido foi do início da efetiva expansão e interiorização do IFRN no ano de 2006 até o ano corrente de 2017, o que representa pouco mais de uma década da interiorização da educação profissional e tecnológica nessa região. Os funcionamentos desses *campi* tiveram início em períodos diferentes, sendo o de Currais Novos em 2006, Caicó em 2009 e Parelhas em 2014. A coleta de dados se deu com base em dados primários, tais como: documentos e dados institucionais, notícias alusivas as atividades institucionais na região do Seridó, projetos de pesquisa e extensão, e dados sócio-econômicos do Seridó.

2. DESENVOLVIMENTO

De acordo com Pacheco (2011), esse novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) traz como principal função a intervenção na realidade, da perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional, sendo o principal papel previsto para os Institutos Federais, garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Assim, tais ações de expansão e interiorização legitimam e justificam a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e no resgate da cidadania e da transformação social.

Para melhor compreender o papel do IFRN no desenvolvimento regional, optou-se por trabalhar com o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL's), que segundo Apolinário (2010a, p. 15), são promovidos por um

conjunto de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações, incluindo: empresas produtoras de bens e serviços finais e fornecedoras de matérias-primas, equipamentos e outros insumos; distribuidoras e comercializadoras; trabalhadores e consumidores; organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; apoio, regulação e financiamento; cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação.

Assim, entende-se que o Instituto Federal integra esse conjunto de atores, sendo um ator social de relevância e que a expansão e interiorização dessa instituição pode ser um instrumento valioso para o desenvolvimento local e regional, se levando em consideração o tripé ensino, pesquisa e extensão, com seus eixos tecnológicos voltadas para as potencialidades das regiões. Na verdade, o Projeto Político-Pedagógico do IFRN, diretriz básica e central da instituição, destaca que

a expansão do IFRN amplia, significativamente, a atuação nas áreas de ensino, de pesquisa e de extensão; contribui, de modo mais extensivo, para a formação humana e cidadã; e estimula o desenvolvimento socioeconômico, à medida que potencializa soluções científicas, técnicas e tecnológicas, com compromisso de estender benefícios à comunidade (IFRN, 2012, p. 25).

Isso se aplica principalmente numa região, como a do Seridó Potiguar, que é considerada uma região estagnada (ARAÚJO, 1997), especialmente a partir da década de 70 com a decadência da produção algodoeira e posteriormente da mineração, pois já nos anos 80, a crise da economia algodoeira (CLEMENTINO, 1986) afetou também a rentabilidade da pecuária, coincidindo com a crise da atividade de extração mineral. Dessa maneira, os três pilares da economia regional ruíram de uma só vez. Consequentemente, essas atividades tradicionais na região, que outrora produziram riqueza e poder, apresentam pouco dinamismo (ARAÚJO, 2000; CLEMENTINO, 1995).

O atual cenário do Seridó Potiguar reflete um pouco daquilo que são as sínteses das heranças históricas potiguares em todo o estado, ou seja, a presença da desigualdade explicitada pela renda e pelo IDH, a baixa escolaridade (anos de estudo), a herança de concentração urbana, a desigualdade na rede de cidades e concentração nos pólos Currais Novos e Caicó, a malha rodoviária herdada e sem novas configurações, além de um lento ou inexistente crescimento. A pobreza continua a ser uma de suas características mais marcantes, caracterizada por elevados índices de exclusão social nas cidades e no campo, índice de indigência ainda elevado, padrão de desenvolvimento econômico insustentável pelos problemas de natureza econômica, social e cultural. Em contrapartida, na percepção otimista de Araújo (2000), essa região não está desalentada nem imersa em sua própria crise econômica, mas se encontra em franco processo de reestruturação. Nesse sentido, a ampliação da educação profissional pode ser vista como força importante para o desenvolvimento local e regional, não sem antes ser

um desafio que precisa ser enfrentado com planejamento e com clareza dos objetivos sociopolíticos da proposta educacional, a fim de se garantirem a manutenção e a ampliação da qualidade da ação político-pedagógica (...). É preciso, assim, buscar, continuamente, alternativas de atuação condizentes com essa nova realidade institucional, objetivando uma real inserção nos contextos sociais das diversas localidades onde os campi do IFRN estão presentes. (IFRN, 2012, pp. 28-29)



O pensamento de Carleial (2009) corrobora e faz refletir sobre tal afirmação ao apontar que um dos entraves ao desenvolvimento do Nordeste é o nível educacional, mesmo tendo a convicção de que a educação *per se* não é capaz de promover desenvolvimento, o que pode desaguar naquilo que Furtado (1972, p. 12) chama de subdesenvolvimento, isto é, apenas o “desdobramento do modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos”. Por outro lado, o esforço coletivo e a existência de políticas públicas que reforcem o acesso ao conhecimento que gera criatividade e possibilite o processo de emancipação da sociedade, esses são características de desenvolvimento, como diz Furtado (2009, p. 20-21):

se nos damos conta de que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente uma via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade.

Em relação à criação dos Institutos Federais, o Ministério da Educação diz que “esta escola não admite subordinar a política educacional ao economicismo e às determinações do mercado, o que a reduz aos treinamentos para preenchimento de postos de trabalho transitórios” (BRASIL, 2004, p. 21). Este mesmo autor, afirma que o novo modelo de educação profissional exalta “um novo princípio educativo que busque progressivamente afastar-se da separação entre as funções intelectuais e as técnicas com vistas a estruturar uma formação que contemple ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais” (BRASIL, 2004, p. 8).

Com efeito, atribui-se a educação profissional e tecnológica a capacidade de criar condições para a problemática da empregabilidade, haja vista as lacunas existentes no que se refere à falta de qualificação da mão-de-obra (BRASIL, 2004; SAMPAIO, 2013), mas outras vertentes precisam ser levadas em consideração, como o desenvolvimento local, pois a educação profissional e tecnológica reveste-se de uma perspectiva bem mais abrangente. Na opinião de Pacheco (2011, p. 22),

Em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância.



Na verdade, várias expressões ao longo do tempo imprimiram significados para a educação profissional, tais como: ensino profissional, formação profissional ou técnico-profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação e capacitação. Todavia, esses termos na nova realidade produtiva ganham complexidade e notoriedade tendo em vista a rápida expansão e interiorização (FRANCO, 1998). Além do mais, as concepções, princípios e fundamentos dos currículos e das práticas institucionais levam em consideração não apenas ou exclusivamente o aspecto técnico, mas o ser humano de forma integral, a sociedade, a cultura, a ciência, a tecnologia, o trabalho e a educação, isto é, possibilitar por meio dos seus processos de ensino e aprendizagem, uma transformação positiva nas realidades sociais locais (IFRN, 2012).

Para o Ministério da Educação, urge enfatizar a visão da atual política pública que explicita a importância do resgate da educação profissional e tecnológica como uma atividade construtiva que está articulada com outros níveis de desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização da educação básica de características humanistas e científico-tecnológicas, extirpando a visão utilitarista e pragmática (BRASIL, 2004). Esse novo contexto corrobora o pensamento de Moura (1998) quando aponta o “passivo” histórico educacional no país, ensejando uma educação renovada a partir de uma autêntica “revolução pedagógica”.

Por isso, os desafios da expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica tornam-se relevantes e cruciais para a qualificação profissional no país e concomitantemente com o desenvolvimento local, pois “o recente processo de flexibilização do trabalho também vem fazendo com que o papel da educação e do conhecimento nas organizações e no mercado de trabalho seja repensado” (HELAL, 2007, p. 195). Nessa perspectiva, Pacheco (2011, p. 14) defende uma expansão que “deve ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado”, exigindo uma intervenção mais ampla na sociedade, possibilitando o surgimento do tão sonhado desenvolvimento econômico e social apregoado por Furtado (2000).

O papel dos Institutos Federais criados com a promulgação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 é de proporcionar aos cidadãos, qualificação e competência técnica em todos os níveis de ensino oferecidos, que vão desde a formação inicial e continuada de trabalhadores à formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação).

No estado do Rio Grande do Norte, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), antes conhecido como Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET/RN), já atuava no estado numa perspectiva de ensino, pesquisa e extensão e compromissada com o desenvolvimento local e regional, cuja função social e principais objetivos passaram a ter nova configuração a partir do final de 2008, mas sem excluir tal perspectiva,

muito pelo contrário, dando ainda mais ênfase como nesse objetivo específico: Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional (IFRN, 2017).

Atualmente, o IFRN é composto por 21 *campi* distribuídos nas cidades de Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, João Câmara, Ipanguaçu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal (contando com o Campus Natal-Central, Natal-Zona Norte e Natal-Cidade Alta), Nova Cruz, Parnamirim, Parelhas, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, além do campus de Educação à Distância, sendo um dos estados com maior número de campus levando-se em consideração sua densidade demográfica.

Com essa expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica, há verdadeiramente uma tentativa de propor um novo modelo educacional que desponte “como processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura material da sociedade, evitando o erro de se transformar em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento” (BRASIL, 2004, p. 7).

Na região do Seridó Potiguar, três *campi* desenvolvem suas atividades educacionais, sendo: no Seridó Oriental, em Currais Novos e Parelhas; e no Seridó Ocidental, em Caicó. De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cidade de Caicó possui 62.709 habitantes com população estimada para 2014 em 66.759; Currais Novos tem 42.652 habitantes e possivelmente 44.710 em 2014; e a cidade de Parelhas 20.354 em 2010 com aumento para 21.387 em 2014. Vale destacar que as instalações desses *campi* ocorreram em momentos distintos, a saber:

a) o IFRN – Campus Currais Novos foi o primeiro a ter o seu funcionamento autorizado, no dia 29 de junho de 2006, fruto da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Atualmente conta com dez cursos (técnico de nível médio integrado – alimentos e informática, inclusive na modalidade EJA e PROEJA FIC; técnico de nível médio subsequente – alimentos; curso superior em tecnologia – alimentos e sistemas para internet; além de curso superior de licenciatura – química), chegando a uma média de 1.200 alunos matriculados nos turnos matutino, vespertino e noturno. De acordo com o Portal do IFRN (2017), este campus atende uma área de abrangência que compreende 13 municípios, num total de aproximadamente 160 mil habitantes. Durante esse período de uma década, o campus efetuou a matrícula de 14.205 alunos.

b) Na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFRN – Campus Caicó foi inaugurado, mas precisamente no dia 20 de agosto de 2009. Este campus possui alunos de toda a região do Seridó Ocidental, com cursos técnicos de nível médio (informática, vestuário, têxtil e eletrotécnica), dos cursos de nível superior – Licenciatura em Física e

Tecnólogo em Design de Moda, além de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada. Nesse período, 10.600 foram matriculados no Campus Caicó.

c) Em Parelhas, o campus do IFRN mais recente no Seridó, foi inaugurado no dia 06 de maio de 2015, tendo sido autorizado seu funcionamento no dia 19 de dezembro de 2014. São ofertados os cursos técnicos de nível médio integrado em informática e mineração, existindo também a modalidade subsequente para este último. O curso de mineração é um desejo antigo da região, pois esta possui um potencial considerável para atividade do extrativismo mineral, haja vista que esta já é exercida em Parelhas e em cidades circunvizinhas. Nesse pouco tempo de funcionamento, 1.173 já foram matriculados nos cursos ofertados em Parelhas.

Decorrentes desses dados surgem inúmeros projetos de pesquisa desenvolvidos ao longo dessa década, o que revela de algum modo transferência de tecnologia para a região. De forma semelhante e com impactos muito significativos na comunidade local são os projetos de extensão, que tem colaborado nas diversas realidades, seja no âmbito rural ou urbano, e em problemáticas diferenciadas que envolvem o comércio local, instituições públicas, organizações sem fins lucrativos, etc.

Nesse contexto, vale reafirmar o ponto que merece destaque na expansão e interiorização dos Institutos Federais na região do Seridó, mas especificamente nas cidades acima descritas, que são as três mais populosas do Seridó, que é o desenvolvimento local e regional nas suas diversas instâncias, pois é missão dessa instituição de ensino, colaborar e promover este desenvolvimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, aproveitando ao máximo as potencialidades dessas regiões. No caso do Rio Grande do Norte, o Governo do Estado por meio de seu planejamento em médio e longo prazo, que tem como foco as potencialidades das regiões do estado por meio dos arranjos produtivos locais, revela que o IFRN tem buscado direcionar e ampliar seu apoio aos APL's que de fato congreguem elementos que os caracterizem como importantes para o desenvolvimento local e regional, isto é, a instituição é tida como parceira junto aos arranjos produtivos do estado, como enfatiza uma pesquisa realizada pela RedeSist (APOLINÁRIO, 2010b) e outra recentemente publicada pelo Governo do RN sobre os 5 eixos integrados de desenvolvimento, que fez uma análise do ambiente para a formulação do seu planejamento estratégico governamental, e nesta, a capilaridade do Institutos Federais no RN é tida como uma força e um parceiro importante (CAPRIGLIONE, MORETTI e NOGUEIRA, 2017).

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que essa temática é instigante e exige maiores investigações quando da necessidade de um olhar mais local, ou seja, as diversas realidades brasileiras em que a educação profissional e tecnológica tem sido ofertada, bem como suas respectivas peculiaridades. Observou-se, ainda, que esse breve estudo abordou uma temática pertinente para o desenvolvimento

local e regional que é a expansão da educação profissional e tecnológica, e ao mesmo tempo, descreveu brevemente uma “paisagem geográfica” que aos poucos tem sofrido mudanças por causa desse fenômeno. Diga-se de passagem, uma região que tem sofrido continuamente com períodos de estiagem e com uma economia incipiente, o que Araújo (1997) chama de região estagnada e com pouco dinamismo. A educação pode e deve ser um dos instrumentos de mudança e aqueles que fazem parte desse segmento, verdadeiros agentes de mudança desse panorama aparentemente desfavorável, mas com potenciais a serem explorados. Assim, um futuro promissor, e por que não dizer desafiador, apenas se apresenta nesta paisagem revestida de esperança, sentimento tão típico desse povo sertanejo e seridoense.

Espera-se que estudos posteriores possam se debruçar com mais profundidade sobre o tema para comprovar ou não, a influência direta da educação profissional no desenvolvimento dessa região, especialmente se relacionado com outras instituições que visam promover o desenvolvimento local, como o Governo do RN. Estudos dessa envergadura poderão melhor dizer se estamos a descrever um desenvolvimento genuíno e duradouro ou um mero subdesenvolvimento.

4. REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Valdênia; et. al. *Nota Técnica 02*. Arranjos produtivos locais no estado do Rio Grande do Norte: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Rio Grande do Norte: RedeSist, 2010.

_____. *Nota Técnica 05*. Arranjos produtivos locais no estado do Rio Grande do Norte: caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de apoio a APLs implementadas nos estados. Rio Grande do Norte: RedeSist, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados* 11 (29), 1997. pp. 7-36.

_____. Seridó, uma região viável. *Revista Caicó em foco*, Caicó, ano I, n. 1, p. 6-7, jul. 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. 2016. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 18 Abr. 2017.

_____. *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica*. 2004. Brasília: Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pp.pdf>>. Acesso em: 18 Abr. 2017.

CAPRIGLIONE, Sandra; MORETTI, Telma; NOGUEIRA, Gustavo. *Plano de capacitação do*

capital humano do RN: eixos integrados de desenvolvimento. Natal: EGRN, 2017.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Celso Furtado e a questão regional. In: FURTADO, Celso... [et al.]. *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: EDUFERN, 1986.

_____. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos Anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

FRANCO, Maria Ciavatta. Qualificação, formação ou educação profissional? Pensando além da semântica. *Contexto & Educação*. Revista de Educación en América Latina y el Caribe, UNIJUÍ, 13(51): 67-86, jul./set.. 1998.

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso... [et al.]. *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

HELAL, Diogo Henrique. Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências. In: IPEA. (Org.). *Prêmio Ipea 40 anos IPEA-CAIXA-2005: monografias*. Brasília: IPEA, 2007, p. 177-228.

IFRN. *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva – documento-base*. Natal: IFRN Ed., 2012.

_____. *Institucional: função social e principais objetivos*. Natal. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/default-page>>. Acesso em: 23 Maio 2017.

MOURA, Paulo C. *A crise do emprego: Uma Visão Além da Economia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

POCHMANN, Márcio. *Desemprego: causas e alternativas de enfrentamento no Brasil*. São Paulo: Unitrabalho, 1998.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. *Educação profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção de egressos no mercado de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Economia). Natal, RN, 2013.